

**ESTADO E EMPREITEIRAS: O ENSAIO REPUBLICANO DE DILMA ROUSSEFF  
NA PETROBRAS ANTES DA LAVA-JATO**

Daniela Costanzo (USP/Cebrap)

Trabalho preparado para apresentação no XII  
Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência  
Política da USP, de 26 a 30 de setembro de 2022

**Resumo:** Alguns autores, analisando a crise política e econômica que levou ao impeachment de Rousseff, apontaram para ações republicanas da ex-presidenta que teriam impactado no apoio dos partidos do chamado “centrão” à coalizão governista. Buscamos analisar estas ações a fundo na Petrobras focando especificamente na relação entre partidos e empreiteiras. Fizemos isso apoiando-nos em três categorias de análise: nomeações, esquemas entre o legal e o ilegal para minar a concorrência em contratações públicas e circulação burocrática e política dos empreiteiros. Utilizamos as delações premiadas e as investigações no âmbito da Operação Lava Jato, triangulando depoimentos e documentos. Os resultados indicam mudanças históricas na relação Estado e empreiteiras a partir de 2012, que alteraram nomeações, funcionamento de cartel e de esquemas anti-concorrência antes do início da Operação Lava-Jato.

## **Introdução**

Em maio de 2016, Dilma Rousseff foi afastada do cargo de presidenta da república, encerrando o período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) estivera no principal cargo do executivo brasileiro. No Brasil, o impeachment depende da força política do presidente para acontecer, pois quem abre o processo é o presidente da Câmara. Após, é preciso que o congresso concorde com a continuidade do processo e quem julga é o Senado sob comando do STF. Assim, por mais que seja necessário haver um crime de responsabilidade, decisiva é a oposição política do legislativo, pois se houver crime e não houver oposição política no legislativo, o impeachment não acontece.

No caso do impeachment de Rousseff, o crime não ficou totalmente comprovado como crime de responsabilidade, considerado ilegítimo (MAFEI, 2021, p. 243). Mas os motivos políticos, dos parlamentares ou da sociedade são objeto de estudo da Ciência Política. A pergunta principal que emerge desses estudos é: por que a presidenta perdeu sua base política? Ainda que de forma esquemática, é possível separar a literatura em duas tendências: uma que foca na perda de apoio da presidenta no legislativo e outra que foca na perda de apoio da presidenta na sociedade. Esta divisão se aproxima daquela feita por Sallum Jr. e Casarões (2011) para o impeachment de Collor.

Começando pelas explicações centradas na sociedade, podemos citar Singer (2018), Martins e Rugitsky (2019) e Boito Jr. (2018) como seus representantes principais. Singer (2018) foca sua análise em dois ensaios feitos por Rousseff que teriam rompido com a política lulista de até então, o ensaio republicano (afetou o PMDB) e o desenvolvimentista (afetou os empresários). Martins e Rugitsky (2019) encontram base econômica para a perda de apoio entre os empresários ao identificarem um conflito distributivo entre lucros e salários no período dos governos Rousseff. Boito Jr. (2018) argumenta que, com o baixo crescimento econômico a partir de 2013, alguns conflitos já existentes antes na base de apoio do governo se acentuaram, de forma que a frente de apoio ao governo, chamada pelo autor de neodesenvolvimentista, acabou se desmanchando, impossibilitando a sustentação do governo na sociedade.

Na vertente que foca no congresso, assentada em aspectos institucionais, podemos citar Limongi (2015), cuja análise concentra-se na atuação de Cunha desde que se tornou líder do PMDB na câmara. De acordo com seu raciocínio (LIMONGI, 2017), Cunha oferecia passaporte seguro a todos os políticos envolvidos na OLJ até o novo governo, coisa que Dilma mostrou que não faria, uma vez que estava realizando a sua faxina ética. Limongi,

para exemplificar tal faxina, menciona mudanças que Rousseff fez em diretorias de estatais antes da OLJ, o que o fez concluir que “Dilma investiu sobre pontos sensíveis de esquemas consolidados de corrupção envolvendo acordos partidários” (LIMONGI, 2017, p. 8).

Apesar de partir de uma interpretação oposta à de Limongi (2017) sobre o funcionamento do sistema político brasileiro, Nobre (2016) concorda que o que levou ao impeachment de Rousseff foi a ausência de garantias à sua base parlamentar. Nobre menciona mudanças estruturais no primeiro governo Dilma em relação aos governos lulistas de até então. Uma delas seria a inteira remodelação da “relação entre setor público e privado nas concessões públicas de infraestrutura e no setor de energia” (NOBRE, 2016, p. 141). Outra seria um isolamento tecnocrático do governo. Maia (2016), por sua vez, analisa algumas mudanças institucionais que podem ter levado ao impeachment de Rousseff. De acordo com o autor, além de outras mudanças graduais, o governo reduziu cargos de direção e assessoramento superior (DAS) disponíveis para nomeações puramente políticas, privilegiando escolhas técnicas. Ademais, foi o governo que mais reduziu ministérios entregues a filiados partidários em relação aos governos anteriores.

Apesar da divisão breve e esquemática da literatura, é possível perceber que as duas vertentes dão relevância para o que se chamou de “faxina ética” ou “ensaio republicano” nos governos de Rousseff. Singer (2018), Limongi (2017) e Nobre (2016) argumentam que a ex-presidenta não ofereceu segurança aos parlamentares ao realizar mudanças contra práticas estabelecidas de corrompimento nos cargos do governo. Maia (2016) aponta para a redução de cargos políticos nas burocracias estatais. Os trabalhos que focam na perda de apoio na sociedade apontam para a relevância dos empresários e das medidas que afetaram seus lucros e interesses. Por motivos mais estruturais, como mudanças na economia (MARTINS; RUGITSKY, 2019) ou contradições de coalizões empresário-empregados (BOITO JUNIOR, 2018), até motivos mais ligados à administração pública do dia a dia, como o andamento de licitações (SINGER, 2018).

Analisando em conjunto as interpretações, é possível enxergar um objeto privilegiado para entender as mudanças que aconteceram durante os governos Rousseff e que podem ter levado ao seu impeachment: a relação Estado e empreiteiras. Como mostraremos, Rousseff tomou diversas medidas que alteraram a relação entre Estado e empreiteiras com efeitos tanto para um setor relevante do empresariado brasileiro quanto para diversos partidos da coalizão da ex-presidenta, especialmente os mais fisiológicos, conhecidos como “centrão” (NOBRE, 2020). Isso porque os projetos de infraestrutura estatais envolvem uma quantidade

enorme de investimentos que abrem espaço para negociações entre o lícito e o ilícito entre os partidos do centrão e as empreiteiras, envolvendo pagamentos que podem ser doações de campanha ou propina, que servem para enriquecimento próprio dos que estão no cargo principalmente por isso ou para a manutenção do partido no poder através do financiamento de campanha (caixa 1 ou 2).

Do lado das empreiteiras, garantir que vençam as licitações e que tornem as obras mais lucrativas através de esquemas anticoncorrenciais com agentes públicos e políticos é o mais importante para a continuidade de seus negócios. Um dos elos que conectam esses dois personagens da política brasileira – centrão e empreiteiras – é composto pelas nomeações de indicados políticos em cargos públicos. Os trabalhos que abordaram as mudanças promovidas por Rousseff nos cargos de ministérios e agências importantes não olharam para os efeitos dessas mudanças na relação entre o público e o privado com consequência para os esquemas com os partidos do “centrão”. Mudar a direção de um ministério ou um órgão público é importante para promover mudanças nele, mas elas não são automáticas. Por isso, nesse artigo abordamos as mudanças promovidas pelo governo Rousseff na Petrobras e suas consequências, um dos casos analisados na tese em desenvolvimento no departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Este trabalho busca compreender como interesses econômicos e políticos não institucionalizados podem influenciar na política institucional, inspirado por Hacker et al (2022), que olham para a política institucional por meio da economia política, identificando pontos cegos de boa parte dos cientistas políticos que não incluem em suas análises ações privadas e atores para além das instituições, e por Levitsky e Ziblatt (2018), que argumentam que as regras não escritas ou informais sustentam em parte as democracias.

## **Metodologia**

Para analisar a relação Estado e empreiteiras durante os governos Rousseff, realizamos alguns estudos de casos desviantes (SEAWRIGHT; GERRING, 2008) daqueles encontrados pela literatura que tratou da relação Estado e grandes empreiteiras, das demais experiências desenvolvimentistas ocorridas no Brasil, nas quais esta relação foi relevante e da própria experiência lulista anterior a Rousseff. Seawright e Gerring (2008) definem casos desviantes como aqueles que apresentam um resultado surpreendente do encontrado na literatura. Para além de serem desviantes em seus resultados, os casos escolhidos são

relevantes do ponto de vista econômico, representando faturamento importante para as empresas e grandes investimentos realizados pelo governo.

Para realizar a pesquisa, utilizamos as categorias de análise presentes na literatura sobre o padrão de relação entre Estado e empreiteiras que serão apresentadas na próxima seção. Trata-se de um estudo qualitativo que utiliza diversas fontes primárias e secundárias e no qual analisamos o material através da triangulação de informações em mais de uma fonte de dados (Cf. PARANHOS et al., 2016; SEAWRIGHT, 2016). As técnicas de Análise de Conteúdo e de Análise de Discurso foram utilizadas (CAREGNATO; MUTTI, 2006) e a análise foi feita considerando os critérios de pertinência e plausibilidade dos achados, no sentido de se considerar o que era plausível no contexto analisado e com os materiais que estão disponíveis (LAPERRIÈRE, 2014; BUCKNER, 2005; CUNLIFFE, 2011). Os principais materiais utilizados foram:

*Depoimentos e documentos da Operação Lava Jato (OLJ):*

Seguimos os seguintes passos para coletar os dados da OLJ. Levantamos todas as ações listadas no site da operação por meio de raspagem de dados em 9/2/2021. As ações incluem ação de improbidade, ação penal, agravos, conflitos de competência, embargos de declaração, habeas corpus, inquéritos, processos penais, questões de ordem, reclamações, recursos e sindicância, totalizando 351 entradas no banco de dados. Para cada ação, coletamos os documentos anexados. Para selecionar as ações que interessavam a esta pesquisa, lemos suas sínteses e selecionamos ações que eram referentes a empreiteiras e ao governo federal (executivo ou legislativo) e as que eram referentes a empreiteiras e à Petrobras. Com isso, obtivemos 137 ações. A partir da leitura dos documentos apensados às ações, levantamos todas as colaborações e depoimentos prestados no âmbito de cada ação. Isso resultou em um outro banco de dados com 129 colaboradores e depoentes e seus perfis. A partir destes perfis, eliminamos os depoentes que eram intermediários de pagamentos e os de cargos abaixo do equivalente a diretor nas empreiteiras, isso porque quem participava dos esquemas e das decisões eram os empreiteiros de cargos mais altos. Durante a análise dos dados, outros depoentes foram adicionados a este banco, conforme outras menções, totalizando 69 depoentes.

Para obter os depoimentos, utilizamos os jornais on-line Estadão, Folha de São Paulo, Valor, Poder 360, G1, Conjur, JOTA e Congresso em foco. Ao mesmo tempo em que ocorria a operação, alguns depoentes prestavam depoimentos no Congresso Nacional e nas Comissões de Inquérito Parlamentar (CPI) referentes à Petrobras e ao BNDES. Quando isso

aconteceu, acrescentamos estes depoimentos à análise, dado que tratam do mesmo objeto, permitindo triangular as informações. Fizemos isso também com os depoimentos prestados em audiências no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Tribunal Regional Federal (TRF). Ao todo foram 3717 páginas e 109 horas de depoimentos analisados (Anexo). Os depoimentos foram categorizados e analisados com o software de análise qualitativa ATLAS.ti. Do mesmo jeito, os documentos de denúncia e investigação (incluindo os em colaboração com o CADE), bem como as decisões judiciais, também foram consultados e aparecem citados ao longo do texto.

*Entrevistas:* Utilizamos entrevistas em profundidade e conversas informais com pessoas ligadas ao setor em alguns momentos da pesquisa, para melhorar as perguntas, identificar casos, identificar mecanismos e gerar hipóteses (Cammett, 2014). Os entrevistados podem ser encontrados na tabela 1 (optamos por não revelar suas identidades).

Tabela 1 - Entrevistados

Entrevistado	Descrição	Entrevistado	Descrição
1	Ministro ligado à infraestrutura (governo Rousseff)	7	Advogado que trabalhou p/ empreiteiras na OLJ
2	Ministro ligado à infraestrutura (governo Rousseff)	8	Funcionário Petrobras – médio escalão
3	Jornalista que cobre infraestrutura	9	Funcionário Petrobras – médio escalão
4	Jornalista que cobre empreiteiras	10	Funcionário Petrobras – baixo escalão
5	Presidente de uma associação do setor	11	Funcionário Petrobras – baixo escalão
6	Advogado que trabalhou p/ empreiteiras na OLJ		

### **Relação Estado e grandes empreiteiras – os esquemas**

A principal característica estrutural do setor das grandes empreiteiras no Brasil é a natureza pública ou estatizada de sua demanda (CAMARGOS, 1993). Esse processo teve início nos anos 1940 e se consolidou até os anos 1970, caracterizando-se pela interrupção da execução de obras de infraestrutura diretamente pelo Estado e pela execução de investimentos públicos em infraestrutura, especialmente em rodovias e em energia, através das agências e empresas públicas ou controladas pelo Estado.

Isso teve duas principais consequências. A primeira é que o Estado criou um setor oligopolizado e nacional, o que foi possível pelas regras de contratação das obras em licitações, que privilegiavam firmas nacionais, mas também pela ausência da necessidade de mobilização de investimentos iniciais em grande escala, já que é possível dividir a obra em lotes e mobilizar capital em menor quantidade. Como os contratos são fechados antes da execução da obra e o retorno é garantido, não há risco de investimento em capital fixo sem

retorno, como em outros setores. A segunda é que o Estado regula diretamente o setor, influenciando na formação de preços - o que impacta no lucro - e na concorrência intrasetorial, que passa a ser estatal (CAMARGOS, 1993). Dessa forma, as empresas do setor tendem a tentar influenciar o preço, as características e as quantidades, dado que o Estado é o único comprador neste nicho (MARQUES, 2013), de forma que “o mercado de infraestrutura, portanto, é intrinsecamente político” (MARQUES, 2003, p. 50).

As grandes empreiteiras nacionais têm outros mercados atualmente, como as obras privadas e o mercado internacional, contudo, as obras públicas até hoje representam a mais importante de seu faturamento (ALMEIDA, 2020). Ademais, nas obras privadas e nas executadas em outros países, as grandes empreiteiras contam com investimento público e influência do Estado brasileiro (ALENCASTRO, 2020; MOURA, 2020). O que mantém a relevância do conceito de demanda estatizada e suas implicações para o setor.

Neste quadro, o planejamento setorial estatal desempenhou um papel fundamental para a consolidação do setor de grandes obras de infraestrutura no Brasil, isso porque “o planejamento setorial delinea para a empreiteira os horizontes do mercado e fornece o “feedback” necessário para que ela possa se preparar técnica e gerencialmente” (CAMARGOS, 1993, p. 112). Durante o governo JK, o Plano de Metas cumpriu esse papel ao concentrar o planejamento setorial e de investimentos do governo. A construção das estradas contratadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) foi fundamental para a consolidação de suas atuações nacional e concentrada em poucas empresas (CAMARGOS, 1993; CAMPOS, 2017). Durante a ditadura militar, o II PND desempenhou esse papel, garantindo planejamento e financiamento em vários setores, como ferroviário e rodoviário. Porém, para as empreiteiras, o principal ganho foi o planejamento energético com a construção das grandes hidrelétricas brasileiras, que foram construídas integralmente pelas grandes empreiteiras nacionais pela primeira vez. O planejamento da Eletrobras deu as condições necessárias para as grandes empreiteiras nacionais investirem no setor e se consolidarem (CAMARGOS, 1993).

Vale ressaltar que a entrada das grandes empreiteiras no DNER - momento em que se consolidaram e passaram a funcionar como funcionaram até pelo menos o período estudado aqui - se deu através de acordos estabelecidos entre o partido que fazia parte da coalizão do presidente JK, o PSD, e as empreiteiras. Somente após essa entrada das empreiteiras no setor é que o Estado passou a adotar a exigência da comprovação de experiência prévia com o tipo de obra licitada para realizar a contratação (CAMARGOS,

1993). O PSD era um partido governista, interessado em se manter no aparelho do Estado e que pode ser visto como a gênese do que é chamado de centrão na democracia brasileira contemporânea. A permanência no Estado é, portanto, uma característica histórica das grandes empreiteiras e do centrão, bem como a imbricação entre esses dois atores no aparelho do Estado controlando o orçamento público.

No período da redemocratização, as grandes empreiteiras foram poupadas da abertura econômica que expôs as empresas brasileiras à concorrência externa. No entanto, foi um período de pouco investimento em infraestrutura, mas de intensificação das privatizações e concessões, que também foi um mercado importante para as empreiteiras. Já no novo desenvolvimentismo petista, o PAC exerceu esse papel de concentrar grandes investimentos com planejamento setorial. O programa foi lançado em 2007, quando previu 503,9 bilhões de reais em investimentos, que foram executados em 94,1% até o final de 2010, priorizando a área de energia (54,5% do total) (CARVALHO, 2018). No que diz respeito ao governo federal, as áreas de energia e de infraestrutura logística são as mais importantes, já que a infraestrutura social e urbana é mais frequentemente administrada pelos estados e municípios. Isso faz com que algumas burocracias federais se tornem mais relevantes para as empreiteiras, como é o caso da Petrobras, do Ministério dos Transportes e do Ministério de Minas e Energia.

Isso porque essas burocracias divulgam seus planos de investimento de longo prazo e permitiram o planejamento setorial com o aporte trazido pelo PAC. Além disso, a contratação de obras de infraestrutura é realizada por estes órgãos e suas afiliadas através da principal mediação entre Estado e empreiteiras, que é a licitação.

Como ressalta Camargos, através da regulação da relação entre o setor público e as empreiteiras, o Estado acaba por ser nuclear na mediação de interesses, o que leva a autora a afirmar que “as empreiteiras, mais do que disputarem um mercado de obras públicas ‘strictu sensu’, estão na verdade disputando o controle de áreas do aparelho de Estado estratégicas para a realização de seus negócios” (CAMARGOS, 1993, p. 138). Isso se dá porque a lei regula mais do que a forma pela qual o Estado contratará as obras, mas também: se as empreiteiras podem subcontratar, qual experiência e tamanho as empreiteiras devem ter, em quais lotes a obra será dividida e qual o porte da empreiteira que fará cada lote, qual a porcentagem de nacionalização exigida na obra, dentre outras questões específicas que regulam diretamente o mercado e a concorrência.

Por isso e porque é possível realizar esquemas entre o legal e o ilegal para burlar as regras das licitações, a circulação burocrática e o poder político dos empreiteiros são fundamentais para sua performance (CAMARGOS, 1993), como lembra Alexandrino Alencar, técnico e um dos responsáveis por relacionamentos políticos na Odebrecht:

na minha atividade o relacionamento político é fundamental para o desenvolvimento desse trabalho que visava o desenvolvimento das empresas do grupo e trazer benefícios e era alvo nisso os políticos, partidos políticos, agentes públicos, sempre alinhado com a sistemática de contribuições financeiras e eleitorais (ALENCAR, Alexandrino, TC nº 27)

Luiz Eduardo da Rocha Soares, um dos responsáveis pelo setor de propinas da Odebrecht, chega a afirmar que a empresa crescia proporcionalmente ao “investimento” em propinas que fazia:

Depoente — Logicamente, como dá para verificar que o crescimento do faturamento da empresa foi diretamente proporcional ao valor do volume que o setor movimentava. Então, a empresa, em crescimento, o setor cresceu junto. A porcentagem que o setor movimentava vis-à-vis, o faturamento da empresa se mantém durante todo o período. A gente já tinha dado uma olhada nisso.

Ministro — Ou seja, o senhor faz uma correlação entre o crescimento da empresa e o aumento de recursos, por exemplo, para corrupção e Caixa 2?

Depoente — Sim. É o que eu... minha visão do negócio.

Ministro — Em outras palavras, o Caixa 2 e a corrupção estavam vinculados a este crescimento do volume de negócios da própria empresa.

Depoente — Sim. (SOARES, Luiz Eduardo. STJ, ação nº 1943-58.2014.6.00.0000/DF)

A **circulação burocrática e política** é, portanto, fundamental para a performance das empreiteiras e é uma das categorias que utilizaremos para analisar os casos. Ela é necessária para a efetivação da maior parte das práticas contra a concorrência realizadas pelas empreiteiras, uma vez que elas só funcionam ou são mais efetivas se houver a participação de um agente público. A circulação também é útil quando algo fora do esperado acontece e os empreiteiros recorrem a um político ou agente público para encaminhar a questão, seja nas agências do governo, no executivo ou no legislativo.

Outra categoria de análise são os **esquemas** entre o legal e o ilegal utilizados para diminuir ou cessar a concorrência e permitir que os acordos prevaleçam sobre a legislação. Esquema, no dicionário Michaelis online é “Meio utilizado para fraudar, traficar, contrabandear etc.” ou “Qualquer estratégia traçada com normas, metas e cotas, para orientar a execução de um plano”. Escolhemos essa palavra porque ela permite entender as estratégias e meios utilizados para contornar a concorrência e aumentar os ganhos dos empreiteiros e de agentes públicos. Campos (2017), Camargos (1993), Arantes (2004) e Requena (2020) foram utilizados como fontes para entender tais **esquemas**, porém a pesquisa revelou outras formas de esquemas que foram acrescentados aqui e que também

serão utilizados para analisar os casos estudados. A Figura 1 traz os momentos da licitação em que os esquemas são usados.

**Figura 1 - Esquemas entre o legal e o ilegal que acontecem na contratação de obras ou na execução de contratos de parceria e privatização de serviços**

Etapa	Caminho previsto	Esquemas alternativos							
Criação da obra/empreendimento/contrato	O Estado decide, dentro das suas prioridades, quais empreendimentos são necessários	Iniciativa privada oferece um empreendimento que ela considera necessário para o Brasil e pressiona o contrato	Iniciativa privada recebe informações privilegiadas sobre intenções de investimentos futuros do Estado	Iniciativa privada negocia um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) que possa ter chance de ser contratado depois	Iniciativa privada negocia doação de campanha tendo como contrapartida que o Estado faça o empreendimento				
Desenho da licitação - habilitação	Agentes públicos desenham a licitação de forma a garantir a concorrência e exigem que as empresas tenham experiência em realizar os procedimentos necessários para a obra	Agentes públicos, em acordos com a iniciativa privada, criam regras muito específicas para habilitação para diminuir concorrência							
Desenho da licitação – projetos e anteprojetos	Agentes públicos contratam separadamente projeto básico e executivo, ambos com a iniciativa privada. No caso do RDC, agentes públicos fazem o anteprojeto	Iniciativa privada faz projeto básico que não é tecnicamente suficiente para realização da obra, abrindo brecha para o pedido de aditivos							
Desenho da licitação – preços	Agentes públicos fazem o orçamento do empreendimento de forma detalhada e qualificada o suficiente para ter controle sobre o preço no momento da licitação	Quando o preço não é bem calculado, intencionalmente ou não, pelos agentes públicos, iniciativa privada tem mais margem para subir o preço, combinar preço em cartel e pedir aditivo	Quando o preço é divulgado no edital, as empreiteiras têm condições de combinar os valores ofertados em cartel		Empreiteiras combinam exclusividade com fornecedores de forma a minar a concorrência, impossibilitando formação de preços e propostas por concorrentes				
Desenho da licitação – consórcios e subcontratação	Agentes públicos desenham a licitação de forma a possibilitar que as empresas se juntem em consórcios para melhor execução da obra e/ou subcontratem outras empresas	Cartel combina consórcios de acordo com seus interesses e de forma a minar a concorrência			Cartel combina subcontratações de acordo com seus interesses e de forma a minar a concorrência				
Licitação	Competição justa e cega entre empresas de modo a chegar no melhor preço para o Estado	Iniciativa privada judicializa a licitação contra a habilitação de outras empresas para diminuir concorrência	Agentes públicos, em acordos com a iniciativa privada, desabilitam empresas para diminuir concorrência	Empresas, em cartéis, combinam preços e propostas de cobertura de forma a minar a concorrência	Empresas, em cartéis, combinam preços e propostas de cobertura para cada uma ficar com um lote da obra	Empresas, em cartéis, pagam para outras empresas não participarem do certame	Empresas judicializam a licitação por considerarem injusto um resultado inesperado	Iniciativa privada esvazia a licitação para pressionar os agentes públicos a aceitarem suas exigências para o edital	
Assinatura do contrato	Contrato é feito e assinado por ambas as partes	Agentes públicos demoram a assinar o contrato para negociar propinas e/ou cláusulas com a iniciativa privada							
Execução da obra	Obra é executada conforme prazo e especificações previstas. Podendo haver imprevistos que justifiquem aditivos contratuais de prazo e preço	Aditivos contratuais são negociados de forma a garantir propina para agentes públicos e superfaturação da obra para agentes privados							

Fonte: elaboração própria a partir de Requena (2020), Campos (2017), Camargos (1993), Arantes (2004) e da presente pesquisa empírica. Layout baseado em Requena (2020)

Os esquemas são:

- Criar a obra: a empreiteira vai até o Estado e busca convencer o político ou agente público de fazer uma determinada obra, normalmente porque ela já tem estudos ou condições de executá-la (CAMPOS, 2017). Outras formas são trocar doação de campanha pela condição do político fazer determinada obra (REQUENA, 2020) ou utilizar o Procedimento de Manifestação de Interesse para ter acesso a informações e convencer o político a realizar determinada obra. O empreiteiro já sairá na frente por ter informações e projeto adiantado;
- Convite ou cadastro Petrobras: negociações entre empreiteiros, burocratas e políticos para excluir ou incluir empresas no cadastro e nos convites da Petrobras;
- Habilitação: agentes públicos não habilitam determinadas empresas para diminuir a concorrência em certames em acordo com empreiteiros ou criam regras muito específicas para habilitação das empresas em licitações (CAMPOS, 2017; REQUENA, 2020);
- Edital direcionado: agente público combina com empreiteira direcionamento do edital, seja em condições de habilitação ou outras cláusulas (REQUENA, 2020);
- Projeto: quando há separação de projeto básico e executivo, a iniciativa privada faz o projeto que não é tecnicamente suficiente para a realização da obra e no momento de executar a obra e fazer o projeto executivo a empreiteira argumenta sobre a necessidade de aditivos contratuais de valor, visto que o projeto básico não é suficiente;
- Preços: quando o preço da obra não é bem calculado, intencionalmente ou não, pelos agentes públicos, a iniciativa privada tem mais margem para subir o preço, combinar o preço em cartel ou pedir aditivo. Quando o preço é divulgado no edital, as empreiteiras têm condições de combinar os valores das propostas em cartel. Empresas em cartel combinam de todas apresentarem preços altos (REQUENA, 2020), até a empresa pública perceber que o preço orçado por ela não será encontrado no mercado. O valor da propina destinada ao agente público que “ajudou” a empreiteira ou o cartel entra na formação de preços;
- Exclusividade com fornecedores: a empreiteira combina exclusividade com um fornecedor importante que é quase exclusivo no fornecimento de materiais caros e

especializados, isso impossibilita outras empreiteiras de fazer orçamento e de participar da concorrência;

- Consórcios: empreiteiras, em cartel, combinam consórcios de forma a minar a concorrência, incorporando-a. Isso fica mais fácil quando se combina um conjunto de obras ou lotes de uma obra (REQUENA, 2020; CAMPOS, 2017);
- Lotes: empreiteiras, em cartel, dividem entre si os lotes de uma obra;
- Subcontratação: empreiteiras, em cartel ou não, combinam subcontratação de outras para minar a concorrência (REQUENA, 2020). Empreiteiras ameaçam de entrar em concorrência contra outras se não forem subcontratadas;
- Pagar para não participar da licitação: empreiteiras, em cartel, pagam para determinada empresa desistir da licitação;
- Cobertura: empreiteiras, em cartel, combinam de apresentar um preço maior que outras para que a licitação tenha, formalmente, concorrência, chamada de proposta de cobertura;
- Esvaziar licitação: empreiteiras, em cartel, combinam de não apresentarem proposta em determinada licitação como chantagem para que o poder público apresente melhores condições para realização da obra. Da mesma forma que podemos encontrar entre o empresariado em geral a chamada “greve de investimentos” (STREECK, 2018; KALECKI, 1943), na qual o empresário insatisfeito com o governo e o poder dos empregados deixa de investir para gerar crise e desemprego e aumentar seu controle sobre a política e seus empregados. Uma das moedas de barganha entre os empreiteiros é esvaziar a licitação, pois assim o Estado se vê obrigado a atender suas demandas;
- Informações antecipadas: agentes públicos fornecem informações antecipadas de uma determinada licitação, de forma que a empreiteira possa apresentar uma proposta adequada em tempo adequado e vencer a licitação, em detrimento de outras;
- Recursos: empreiteiras entram na justiça, quando alguma empresa que não fazia parte do cartel ou que não era de se esperar ganha a licitação;
- Aditivos: aditivos são negociados de forma a garantir propina ou doação de campanha a agentes públicos e superfaturamento da obra a agentes privados. Agentes públicos demoram para aprovar aditivos e agentes privados pagam para que essa liberação seja mais rápida.

Esses esquemas aconteceram historicamente desde a consolidação do setor como conhecemos hoje e independente das leis de licitação que foram feitas ao longo do tempo, visto que, muitas vezes, são feitos desconsiderando-as. Algumas práticas, no entanto, acabaram se destacando mais recentemente, que é o caso dos aditivos contratuais de valor, como explica José Sergio Machado, então presidente da Transpetro em seu depoimento ao TSE (AIJE nº 1943-58.2014.6.00.0000). Os esquemas envolvendo aditivos são os mais mencionados pelos depoentes.

Além da circulação política e dos esquemas, as **nomeações** são fundamentais para a relação Estado e empreiteiras. São as nomeações que permitem ou não que os esquemas ocorram no alto e médio escalão das agências, empresas e autarquias públicas e fazem parte da formação da coalizão de governo no presidencialismo brasileiro, como várias pesquisas já mostraram (BERSCH; PRAÇA; TAYLOR, 2017; PRAÇA; FREITAS; HOEPERS, 2012; LOPES; PRAÇA, 2015). Tais pesquisas trabalham com a nomeação de servidores filiados para fazer a conexão entre os partidos e nomeações. Todavia, ao longo desta pesquisa verificamos que nem sempre a nomeação chamada de “política” é de um filiado, muitas vezes ela é de um funcionário de carreira, concursado, que chegou ao cargo por *motivos políticos* e não porque ele em si é um político ou filiado, como narra Paulo Roberto Costa (Petrobras):

QUE anteriormente ocupou diversos cargos gerenciais e técnicos na companhia por mérito; QUE chegou a um limite em sua carreira onde a competência técnica não era suficiente para progredir, sendo necessário para ascender ao nível de diretoria um apadrinhamento político como ocorre em todas as empresas vinculadas ao governo (COSTA, Paulo Roberto. TC nº 1)

Da mesma forma, um cargo pode ser mantido por mais de um partido político, o que não vincula o cargo do filiado necessariamente apenas ao partido no qual é filiado. Além disso, a vinculação a um partido pode estar em uma cadeia de nomeações, como é o caso que conta Nestor Cerveró, da Petrobras:

Em 99, DELCÍDIO DO AMARAL assumiu a função de diretor da PETROBRAS, por indicação do PMDB, a qual foi capitaneada por JADER BARBALHO; ‘...’ QUE, nesse período, o declarante era Gerente Geral de Novos Negócios da PETROBRAS; QUE, em 2000, houve uma reestruturação administrativa na PETROBRAS, tendo sido criadas as várias diretorias hoje existentes; QUE, nesse contexto, DELCÍDIO DO AMARAL ficou com a Diretoria de Gás e Energia da PETROBRAS; QUE DELCÍDIO DO AMARAL convidou o declarante para trabalhar com ele; QUE então o declarante assumiu o cargo de Gerente Executivo de Energia (CERVERÓ, Nestor. TC nº 1)

A nomeação política nem sempre envolve a coleta de propinas ou doações de campanha em troca. No entanto, no que encontramos nesta pesquisa, os partidos do centrão sempre colocam esta condição para as nomeações. Alguns exemplos podem ser

vistos nas seguintes declarações. Nestor Cerveró, continuando a história da citação anterior:

QUE, no período em que trabalhou vinculado a DELCÍDIO DO AMARAL, o declarante e DELCÍDIO DO AMARAL receberam propina da empresa ALSTOM, com base em um contrato de aquisição de turbinas a gás pela PETROBRAS; QUE o declarante recebeu em torno de US\$ 600 a 700 mil dólares (CERVERÓ, Nestor. TC nº 1).

José Sergio Machado, da Transpetro, ligado ao PMDB:

Claro que as pessoas que te colocaram no cargo esperam que você possa colaborar para o partido, para o financiamento de campanha. É uma prática que no Brasil vem da República Velha ‘...’ De quarenta e cinco pra cá, em todos os níveis ela existe. ‘...’ Eu tenho um grupo de pessoas para os quais eu fazia doações para me manter no cargo, era o grupo do PMDB, era quem me garantia na manutenção do cargo (MACHADO, José Sergio. TSE - AIJE nº 1943-58.2014.6.00.0000).

Paulo Roberto Costa, ligado ao PP e PMDB:

QUE uma vez ocupando o cargo de diretor por indicação política, o grupo político sempre demandará algo em troca; QUE toda indicação política no país para os cargos de diretoria pressupõe que o indicado propicie facilidades ao grupo político que o indicou, realizando o desvio de recursos de obras e contratos firmados pelas empresas e órgãos que esteja vinculado para benefício deste mesmo grupo político; ‘...’ QUE as demandas de recursos que recebia no cargo de diretor de abastecimento eram feitas principalmente por integrantes do PP e PMDB e esporadicamente do PT; QUE também sofreu assédios por parte do integrantes do PSDB para o pagamento de recursos em troca de impedir a instauração da CPI da Petrobrás em 2010 (COSTA, Paulo Roberto. TC nº 1)

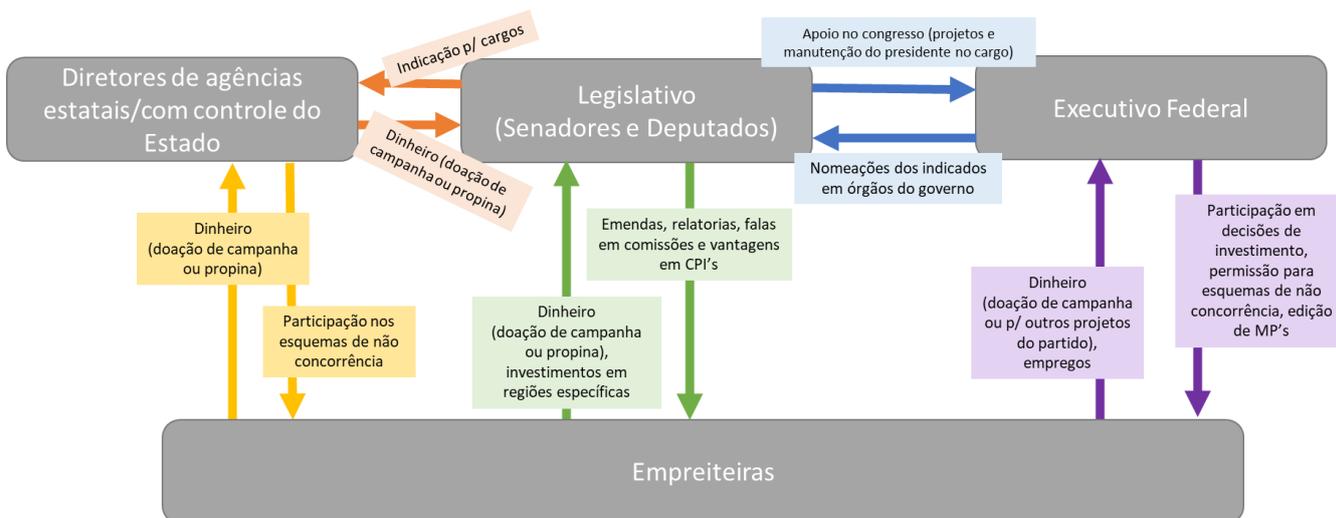
Por outro lado, a nomeação também é utilizada para fazer mudanças em uma burocracia no sentido de torná-la mais republicana e/ou mais eficiente, como alguns autores mostraram ao longo da recente história brasileira. Hippolito (2012) afirma que JK, para colocar em prática seu plano desenvolvimentista, teve que criar uma administração pública paralela, contornando os órgãos tradicionais que estavam na mão das oligarquias do PSD. Cardoso (1993) menciona a criação de ilhas de racionalidade de uma tecnocracia planejadora no período nacional-populista, que seriam burocracias que escapariam das relações clientelistas. A ideia de “ilhas de excelência” também foi usada com o fim de caracterizar burocracias capacitadas e insuladas de influências políticas clientelistas no período democrático anterior (BENEVIDES, 1976; LAFER, 2002) e na democracia recente (GEDDES, 1990; BERSCH; PRAÇA; TAYLOR, 2017). Esse foi um dos recursos usados por Rousseff.

Além da nomeação permitir ou não os esquemas de acontecerem, ela também envolve a relação com os empreiteiros através justamente da circulação política que eles têm, especialmente com os partidos do centrão por causa da influência desses políticos em agências e ministérios. Os empreiteiros acompanham as nomeações, sabem o “padrinho político” dos nomeados e fazem contribuições de campanha (ou propinas)

baseadas nas nomeações, como pode ser visto no anexo 5 da colaboração de Ricardo Pessoa (UTC) e no Termo de Colaboração 41 de Marcelo Odebrecht.

Além das doações, os empreiteiros também recorrem ao legislativo quando têm alguma demanda relacionada a emendas em medidas provisórias, a CPI's e a comissões especiais. As relações das empreiteiras com o Estado podem ser resumidas no quadro a seguir:

**Figura 2 – Relações Estado e empreiteiras**



### O ensaio republicano de Rousseff na Petrobras

A Petrobras tinha capacidade de investimento maior do que de toda a união no período dos governos petistas e foi a principal burocracia executora do PAC, além de servir como indutora de diversas cadeias industriais brasileiras (LEÃO; NOZAKI, 2019). Até por isso, a empresa foi fundamental na formação da coalizão lulista no congresso, visto que as principais diretorias responsáveis por contratar obras de construção de refinarias, o principal investimento da petroleira no período, foram entregues a indicados do PP, do PMDB e do próprio PT. Isso aconteceu na Diretoria de Abastecimento e na Diretoria de Serviços. A de abastecimento estava com um cargo “puramente” técnico até 2004, quando o PP juntamente com PMDB, PL e PTB trancaram a pauta na câmara dos deputados e pressionaram o governo a entregar cargos mais rentáveis. No caso do PP, Paulo Roberto Costa, seu apadrinhado, ocupava um cargo na TGB desde o governo FHC, no entanto, por conta de uma queda no orçamento da TGB, “o recurso arrecadado pelo PP era muito pouco, ao que se lembra por volta de R\$200 mil reais por mês para toda a

agremiação; assim, havia a necessidade de melhor arrecadação” (ANDRADE NETO, Pedro. Termo de declarações em setembro de 2016, p. 4).

Depois de muito tempo de negociações, Lula teria insistido com Dutra (presidente da Petrobras à época) e conseguido a nomeação de Paulo Roberto (id.), que aconteceu em 14/5/2004. “Uma vez ocupando o cargo de diretor por indicação política, o grupo político sempre demandará algo em troca” (COSTA, Paulo Roberto. TC n. 1). E o compromisso de Costa passou a ser com José Janene, figura que em sua visão comandava o PP. Já na diretoria de serviços, Renato Duque fora nomeado logo na mudança de governo, em 2003, pelo presidente da Petrobras à época, José Eduardo Dutra. Os depoimentos de Duque sugerem que sua nomeação para diretor tenha sido técnica e política. A parte técnica diz respeito às longas entrevistas técnicas que fez à época, discutindo seu currículo e a aprovação de sua trajetória por Dutra. A parte política, chamada pelo ex-diretor de “viés político”, veio depois no conhecimento dele, quando ele já nomeado foi abordado pelos tesoureiros do PT (Delúbio Soares, Paulo Ferreira e João Vaccari Neto) para continuar uma prática segundo ele institucionalizada na Petrobras: pedir doações de campanha no valor de 1% dos contratos após as empresas vencerem as licitações: “Na diretoria de serviços, tinha um viés político, o meu compromisso com o partido que estava me indicando, que era o PT, era de ajudar na arrecadação de dinheiro para as campanhas e despesas do partido naquilo que fosse possível” (DUQUE, Renato. Audiência – jun. de 2019).

Quem organizava os esquemas com as empreiteiras na de serviços, entretanto, era Pedro Barusco, que havia trabalhado com Duque anteriormente e era funcionário de carreira da Petrobras desde 1979, quando ambos ocupavam cargos gerenciais na petroleira. Assim que Duque foi nomeado, convidou Barusco para ser seu Gerente Executivo de Engenharia. Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Pedro Barusco eram funcionários de carreira da Petrobras, reconhecidos especialistas em suas funções, mas eram nomeações políticas. Costa estava ali especificamente para essa função, diferentemente de Duque e Barusco, que mais aproveitaram a oportunidade para arrecadar fundos ao partido e para enriquecimento próprio.

O principal esquema promovido entre as empreiteiras e essas diretorias foi o cartel que ficou conhecido como “clube das empreiteiras”. Nesse clube, os empreiteiros se reuniam para decidir quem ganharia quais lotes de quais obras da petroleira e quem faria

propostas de cobertura, de forma que todas as empreiteiras ganhassem fatias parecidas do mercado a depender de seu tamanho, já que o clube contava com empresas maiores e menores que se reuniam em consórcios. Para que os combinados funcionassem, os empreiteiros contatavam os diretores e depois que o contrato fosse assinado pagavam cerca de 1% do contrato em propinas ou em doação de campanha (caixa 1 ou 2) aos partidos PT, PP e PMDB, a depender da diretoria. Quando havia negociação de aditivos, o pagamento também era de cerca de 1% aos diretores. Esses pagamentos eram realizados por meio de operadores financeiros.

As empreiteiras que participavam do clube eram: Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Mendes Junior, MPE, Promon, Setal, Techint e UTC. As 13 obras que elas negociaram no âmbito do clube e que os combinados funcionaram foram etapas das refinarias Henrique Lage (Revap), Presidente Getúlio Vargas (Repar), Paulínia (Replan), Abreu e Lima (Rnest) e Complexo Petroquímico do RJ (Comperj) entre 2006 e 2011. As obras somavam R\$29.786.368.612,78 (valores correntes na licitação). A partir de 2012, entretanto, os empreiteiros argumentam que faziam os esquemas e os combinados de quem venceria cada licitação, mas eles não funcionavam quando chegavam na Petrobras. As investigações da OLJ (PODER JUDICIÁRIO, 2015) e do CADE (2015) concluíram a mesma coisa, que o clube parou de funcionar a partir de meados de 2012 por falta de efetividade dentro da Petrobras.

O que aconteceu a partir desse ano foram as mudanças na presidência e na diretoria da empresa, promovidas por Rousseff. A ex-presidenta indicou Foster para comandar a petroleira, funcionária de carreira reconhecida pelos depoentes por ter um perfil bastante técnico e republicano, com quem não se falaria sobre corrupção. Foster junto com Rousseff tirou os diretores envolvidos nos esquemas ainda em 2012 e o clube parou de funcionar. Ainda em 2011, entretanto, a ex-presidenta Rousseff havia solicitado a saída de Duque e Barusco saiu nesse mesmo ano. Houve forte reação dos partidos no congresso, não só pela saída desses diretores, mas também do diretor internacional, Jorge Zelada, indicado pelo PMDB da câmara para o cargo em 2007, durante a aprovação da CPMF no congresso, momento em que o PMDB condicionou a votação favorável ao governo à nomeação de Zelada.

Assim que saiu, Barusco foi um dos indicados pela Petrobras para ser diretor da Sete Brasil, empresa de investimentos formada em dezembro de 2010 para explorar o pré-

sal por meio dos navios-sonda. Essa empresa tinha participação minoritária da Petrobras, mas a petroleira podia escolher o presidente da empresa e o principal diretor, tendo um poder gerencial maior que os demais sócios. O presidente indicado pela Petrobras foi João Carlos de Medeiros Ferraz (indicações da gestão anterior à Foster). Barusco argumentou que foi natural que os esquemas com as empreiteiras que existiam na Petrobras sob sua coordenação migrassem para a Sete Brasil e por isso negociou com os estaleiros (mesmas grandes empreiteiras do clube) o pagamento de propinas no valor de 0,9%, dividida da seguinte forma:

1/6 para o Diretor de Engenharia e Serviços da Petrobrás Renato de Souza Duque, 1/6 para os acusados Pedro Barusco, Eduardo Costa Vaz Musa e João Carlos de Medeiros Ferraz, estes agora como dirigentes da própria empresa Sete Brasil, e 2/3 para o Partido dos Trabalhadores, também com arrecadação por João Vaccari Neto. Parte dos valores destinados ao PT foi também direcionada em favor de Mônica Regina Cunha Moura e João Cerqueira de Santana Filho. (JUSTIÇA FEDERAL. VARA FEDERAL CRIMINAL DE CURITIBA PROCESSO n.º 501340559.2016.404.7000. 2017)

Esses pagamentos não refletiam em vantagens nem para a Sete Brasil e nem para os estaleiros, já que o mercado de produção de sondas era bastante restrito e não era preciso licitação para a Sete Brasil contratar os estaleiros, já que é uma empresa privada. No caso da licitação realizada pela Petrobras, Barusco argumentou que havia outras concorrentes e que foi uma licitação difícil para a Sete Brasil. Na sentença, a justiça considerou válidas as provas de pagamento de propinas e lavagem de dinheiro que incriminaram Mônica Moura, João Santana, Pedro Barusco, João Ferraz e João Vaccari, embora não existam provas diretas do recebimento por João Vaccari, apenas os depoimentos afirmam que os pagamentos a João Santana e Mônica Moura seriam doação negociada com Vaccari, então tesoureiro do PT.

Os esquemas realizados na Sete Brasil também acabaram antes da Operação Lava Jato, em fevereiro de 2014. Esse fim se deu em período muito próximo da saída do presidente da empresa, João Carlos Ferraz, que caiu por atuação de Graça Foster, como narram ele mesmo, que tentou evitar a queda sem sucesso, e Palocci, político petista:

‘...’ eu tomei conhecimento que a presidente Graça ela tinha intenção de me substituir na direção da Sete ao final do meu mandato, eu tinha um mandato de 3 anos, esse mandato se encerrava em abril de 2014 e no final de 2013 eu tomei conhecimento desse fato ‘...’ num primeiro momento não acreditei muito, mas depois conversando com pessoas da Petrobras eu vi que era real essa intenção ‘...’ Eu fui substituído por um outro executivo indicado pela Petrobras. Logo após eu tomar conhecimento de que existia essa intenção firme da presidente ‘...’ eu procurei Vaccari para expor essa situação a ele ‘...’ e perguntar se ele poderia interceder no sentido de me manter no cargo. Ele disse que ia trabalhar

nesse sentido ‘...’ Nesse dia ele me falou "tenho boas notícias para te dar, você vai permanecer na Sete Brasil". Eu falei como? Eu acabei de sair, hoje à tarde teve a votação e eu acabei de sair. Então ‘...’ ele disse que ia trabalhar nesse apoio político, aparentemente tentou trabalhar, mas acabou não acontecendo. (FERRAZ, João. Audiência na Ação Penal 501340569)

Foster, agora na presidência da Petrobras, inicia um movimento para tirar Ferraz da Sete Brasil. Ferraz, ao saber do movimento, vai até Palocci e pede apoio ‘...’ Apesar de manter boa relação com Ferraz não vê como interferir no assunto (PALOCCI. Anexo 12)

Da mesma forma que desconfiava da diretoria anterior à sua na Petrobras por questões de atraso de obras e encarecimento dos contratos, Foster teria forçado a saída de Ferraz por preocupação com os prazos de execução das sondas. Os esquemas de corrupção acabam encarecendo e atrasando as obras, o que pode ter gerado a desconfiança de Foster. Assim, depois de atuar para mudar a situação na Petrobras, Graça Foster também atuou na Sete Brasil, lugar onde os esquemas teriam se reproduzido parcialmente. Além disso, Foster atuou também no contrato PAC SMS, que trataremos a seguir.

Em 2009, o gerente de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) da Petrobras, Teófanos de Almeida, encaminhou ao seu diretor internacional, Zelada, a necessidade de realizar a certificação de saúde dos trabalhadores, de meio ambiente e de segurança nas unidades internacionais da Petrobras, que estavam precisando de atualização. O diretor Zelada encaminhou a criação de uma Comissão Especial de Contratação, que seria responsável por criar o projeto, executá-lo e prover suporte técnico ao Plano de Ação de Certificação em SMS (PAC SMS). A comissão era composta por 6 funcionários mais o coordenador Aluísio Teles. No entanto, todos os funcionários reportaram que houve apenas uma reunião, no dia 08/02/2010, na qual não foi elaborado nenhum documento, memorial descritivo ou relatório final. Apesar disso, Aluísio Teles encaminhou em 12/04/2010 a solicitação de análise do jurídico da Petrobras sobre a contratação pretendida, com memorial, minuta, ou seja, com todos os documentos que não foram discutidos na comissão. Em maio o jurídico aprovou e se seguiu a montagem da comissão de licitação (PETROBRAS, 2013).

Para a licitação, foram convidadas 8 empresas: Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, OAS, KBR, Mitsui & Co, Marubeni e Bechtel. Apenas 3 apresentaram propostas: Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez. A melhor proposta foi da Odebrecht, 8,32% acima do valor estimado pela Petrobras. Por isso a comissão de licitação realizou a negociação com a empresa e chegou a um desconto de 2,8%, ainda 5,28% acima do estimado pela empresa. O valor final à época foi de

US\$825.660.293,79 e o valor estimado pela Petrobras era US\$784.217.180,13. O diretor Zelada foi responsável pela assinatura do contrato com a Odebrecht e, segundo todos os funcionários envolvidos, “a implantação da Carteira de SMS, que resultou na contratação da CNO, foi um projeto que o então diretor Zelada assumiu para si a condução, recomendando a centralização das ações de execução” (PETROBRAS, 2013, p. 10). Além disso, o diretor criou uma equipe informal diretamente ligada a ele composta por Aluísio Teles, Ulisses Sobral e Rodrigo Zambrotti Pinaud.

Em 12/08/2013, a edição 794 da revista *Época* trazia uma matéria intitulada “A sombra do PMDB na Petrobras” na qual denunciava 3 casos de contratação ou venda feitas pela diretoria internacional da Petrobras em troca de doação de campanha ao PMDB, incluindo a campanha presidencial de 2010 para o PT. Os casos eram a venda da refinaria de San Lorenzo, o aluguel do navio-sonda Titanium Explorer e a contratação da Odebrecht para o PAC SMS. No dia seguinte à publicação, em 13/08/2013, Graça Foster constituiu uma Comissão Interna de Apuração (CIA) para averiguar essas denúncias. Dentre os três casos, o que interessa a essa pesquisa é o PAC SMS, por envolver grandes empreiteiras.

A CIA da Petrobras realmente encontrou diversas coincidências entre o que denunciava a revista *Época* e o que as provas documentais e os depoimentos mostraram ao longo da contratação do PAC SMS, por isso recomendou o envio do relatório ao Ministério Público em 25 de outubro de 2013, quando concluiu os trabalhos. Posteriormente, em junho de 2018, o Ministério Público Federal (MPF) ofereceu a denúncia do caso no âmbito da Operação Lava Jato (OLJ) (Processo Penal 5023942-46.2018.404.7000). A sentença saiu em fevereiro de 2019. Com base na CIA da Petrobras, nos depoimentos, na denúncia do MPF e na sentença da Justiça Federal vamos expor o que aconteceu nesse caso.

Quando surgiu a necessidade do projeto na Petrobras, Aluísio Teles procurou a Odebrecht para saber se ela teria interesse em realizar o trabalho, já que ela estava presente em vários países, teria condição de executar o contrato e o pressuposto seria um pagamento de propina, como descrevem Marcio Faria (Odebrecht) no Termo de Depoimento 2 e Rogério Araújo (Odebrecht) no Anexo 1 do seu depoimento. Após as conversas iniciais, a Odebrecht passou a receber informações privilegiadas, cerca de 4 ou

5 meses antes do início do certame, sobre o projeto, para poder chegar em uma posição vantajosa na licitação em comparação com os demais concorrentes:

aí começou aquela troca de informações, ele me passava algumas informações ‘...’ A gente propôs “vamos fazer a licitação num prazo muito curto, o mais curto possível” porque seria uma licitação internacional, então ele tinha que convidar empresas brasileiras e empresas internacionais. Mas quando você faz uma planilha muito extensa que era por preço unitário e põe um prazo muito curto, a primeira coisa que se desestimular as empresas internacionais a participar (ARAÚJO, Rogério. Anexo 1)

Além disso, era importante combinar com as demais grandes empreiteiras nacionais para que elas não entrassem na licitação pra valer e oferecessem uma proposta de cobertura, por isso a Odebrecht buscou a Camargo Correa, a OAS e a Andrade Gutierrez para oferecerem proposta de cobertura. A licitação foi realizada em período realmente muito curto, com prazo inicial de 20 dias para a apresentação das propostas e com prorrogação de apenas 15 dias. O que resultou na seguinte vantagem segundo a denúncia: “Isso significa, portanto, que enquanto as demais empresas convidadas tiveram prazo de 35 dias para a elaboração das propostas, o Grupo ODEBRECHT pôde desenvolver a sua no decorrer de quase 7 meses de trabalho” (MPF, 2018, p. 23). A comissão de licitação finalizou os trabalhos em 23/08/2010, mas a assinatura do contrato só aconteceu em 26/10/2010. No período entre o início da licitação e a assinatura do contrato, os funcionários da Odebrecht alegam que houve a negociação da porcentagem da propina em relação ao contrato envolvendo figuras do PMDB

Marcio: ‘...’ Tinha um intermediário, um lobbyista, um interlocutor entre a diretoria internacional da Petrobras, que era nomeada pelo PMDB e a diretoria internacional, senhor João Augusto, procurou Rogério e falou "olha, esse projeto é da diretoria internacional e para que ele caminhe, assine, vá dentro das tramitações normais, o partido precisa de uma contribuição expressiva nesse contrato" ‘...’ o deputado Eduardo Cunha tomou a palavra, explicou, falou "olha, o pessoal está no processo de contratação PAC SMS, Petrobras, diretoria internacional, e tem um compromisso que se realmente for indicado assinar o contrato vai ter uma contribuição importante para o partido", olhando para mim, eu falei "exatamente, estamos de acordo, nós vamos contribuir com o que o deputado falou", não falamos de valores ‘...’ Apesar do contrato ser da área internacional da Petrobras, o Rogério foi procurado pelo João Augusto, que era o interlocutor entre o PMDB e a diretoria internacional, dizendo que teria que também ser destinado parte disso para o PT, que seria 1%, o Rogério me trouxe, eu disse "Rogério, eu posso pagar pra quem quer que seja, desde que seja do mesmo dinheiro, não tem dinheiro novo". O João Augusto representando o pessoal do PMDB concordou que fosse abatido e então foi acertado que 1% seria pago ao PT, ficaria 4% mais 1%, o pessoal do PMDB aceitou então o PT passou a ter um crédito com a gente de 1% ‘...’ (FARIA DA SILVA, Marcio. TC n.2)

No que diz respeito às negociações entre os agentes da Petrobras e da Odebrecht, todos confessaram os crimes e a investigação encontrou provas suficientes relacionadas a encontros, troca de mensagens e pagamentos em contas no exterior realizados pela Odebrecht em favor de Aluísio Teles, Ulisses Sobral e Rodrigo Pinaud. Além disso, a sentença menciona que as provas permitem concluir que a Odebrecht “também pagou vantagem indevida a agentes políticos vinculados ao PMDB. Atuou como intermediário de tais pagamentos o agente vinculado ao lobista Augusto Henriques, Ângelo Tadeu Lauria” (PODER JUDICIÁRIO, 2019, p. 64). O que levou a juíza a condenar Ângelo Tadeu Lauria. As vantagens indevidas totalizaram US\$56,75 milhões. No entanto, no que diz respeito ao envolvimento dos políticos do PMDB e do PT (Delcídio do Amaral), foi aberto o inquérito 4383 no STF, dado o foro desses agentes, mas não havia sido julgado até 18/12/2020. Apesar de não termos as provas ligando os pagamentos desse contrato ao PMDB, os documentos e depoimentos corroboram que a diretoria internacional era indicação deste partido.

O que Graça Foster fez nesse caso, de criar uma comissão interna e enviar ao MP, além de ser algo inédito nessa relação entre empreiteiros e Petrobras, foi muito malvisto por Marcelo Odebrecht, que tentou ativar seus contatos no PT sem sucesso:

Marcelo: recebi uma ligação da Graça e a Graça dizia ‘Marcelo, que história é essa do assunto do PAC [SMS], a gente soube que teve pagamentos aí pro PMDB’ e isso inclusive chegou nos ouvidos dela, presidenta ‘...’ eu falei ‘Deixa eu me inteirar do assunto, eu to voltando pro Brasil e procuro você’. Até então eu nunca tinha tido nenhum tipo de conversa com Graça sobre nenhum tipo de que conhecia nem que fazia pagamentos ilícitos na Petrobrás e também nunca tinha tido com a presidente Dilma nenhum tipo de conversa do que tange à Petrobrás qualquer tipo de conhecimento de pagamentos indevidos à Petrobrás ‘...’ e eu falei ‘Graça, eu tenho que ser totalmente franco com você, a gente sempre teve uma relação aberta veja bem, houve, não vou mentir pra você, nós fomos veículos, não ganhamos nada com isso, nós tínhamos um contrato, recebemos o valor, o repassamos pro PMDB, foi um valor substancial ‘...’ Então eu disse a ela ‘Ó Graça, eu não sei quem é, eu sei que foi do PMDB, agora eu posso dizer o seguinte, o PT sabia, o PT sabia, Marcio me disse que o Vaccari sabia, entendeu? ‘...’ eu falei ‘e aí, como é que a gente resolve? Eu e você não tava envolvido na época, mas ocorreu ‘...’ como é que a gente faz? A gente vai ter prejuízo agora? ‘...’ ela botou alguém dela para acompanhar esse assunto, mas por alguma razão, ou por fraqueza ou porque saiu fora do controle ou esse assunto pegou, teve a questão de revista tudo, saiu do controle, saiu do controle, **eles pegaram o resultado da comissão interna de apuração mandaram pro MP estadual. Pô, eu fiquei revoltado com ela** porque ela envolveu não necessariamente aquele diretor que ela envolveu tinha qualquer conhecimento sobre esse assunto, era o cara que só cuidou do contrato, entendeu? Eles fizeram de uma maneira e pelo que tinham me falado o problema tinha sido essa questão do veículo. **Eu falei Graça, não é bem assim, você disse que ia administrar o assunto, pô, não é cabível isso que você fez e aí foi aonde começou, foi meu desgaste com**

**Graça, e ai eu tenho uma troca de e-mails pesadíssima com ela, pesadas mesmo, entre eu e ela, inclusive eu peguei esses e-mails e mandei eles pra presidente ‘...’** Falei ‘ó presidenta, tô com esse problema aqui com Graça’ ‘...’ Aí eu fui claro com a presidenta, eu falei ‘presidenta’, eu contei tudo que tinha contado para Graça contei para ela. E disse presidenta, veja bem, não é justo o que Graça fez. ‘...’ Aí ela disse assim ‘ó você e Graça vão ter que chegar num entendimento, se entender de volta’, porque ela sabia que eu tinha uma relação boa com Graça, depois estourou por conta disso. ‘...’ ela pediu para Guido e Zé Eduardo Cardozo ‘...’ ai eu me lembro que teve pelo menos uma reunião ‘...’ eu, Guido e José Eduardo Cardozo. Onde Mauricio nosso Diretor jurídico foi, onde a gente tentou construir, foi mais ou menos uma hora e meia, duas horas, onde a gente tentou construir como é que eles me apoiariam, com uma carta da Graça para aliviar o que tinha ido para o Ministério Público para aliviar a situação do meu executivo que estava sendo processado ‘...’ Bom, esse assunto, por alguma ou outra razão, que essas coisas eu não me lembro, aí misturou Lava Jato, ou seja, entra tudo, mas aquela história, **acabou não se resolvendo**. O contrato foi renegociado, redução de escopo, a gente acabou tendo prejuízo (ODEBRECHT, Marcelo. TC n. 41)

A Petrobras, sob comando de Foster, acabou reduzindo o escopo do contrato e fechando em praticamente a metade do preço. O envio da investigação ao MP aconteceu antes do início da OLJ e marcou o início do desgaste de Marcelo Odebrecht com Graça Foster, o que acabou tendo consequências para o apoio dessa empreiteira à chapa do PT em 2014. Como conta o próprio Marcelo nos termos de depoimento 16 e 22, eles não queriam nem fazer doação para a campanha presidencial do PT nessas eleições pois só tinham desgaste com Graça e a Petrobras. Isso é uma afirmação forte porque todos os anos a empreiteira doava igualmente ao PT e ao PSDB, assim como as demais empreiteiras. No entanto, para viabilizar essa doação de campanha de 2014 ao PT, Marcelo Odebrecht alocou a doação na Braskem, que tinha sido a única empresa do grupo a ter algum benefício no governo, segundo ele, com a criação do REIQ, que foi o Regime Especial da Indústria Química, que criou uma tributação especial ao setor e que foi uma medida ampla, para todo o setor e não algo que privilegiou a empreiteira (ODEBRECHT, Marcelo. Depoimento na Ação penal 501972795).

Além disso, o empresário conta como o governo Dilma estava tendo dificuldades com ele e outros empresários e como eles se reuniram, sob organização de seu pai, para pensar outro candidato de continuidade de Lula em 2014 que não fosse Dilma (ODEBRECHT, Marcelo. Audiência TSE em 01/03/2017; oitiva para a polícia federal em 18/09/2018). Esses depoimentos reforçam o desgaste que Dilma vinha tendo com o setor e com o empresariado em geral. É importante lembrar a posição de liderança que a Odebrecht tinha com outros empresários para reforçar a relevância que é uma oposição desse tipo, que organiza o empresariado contra uma candidatura e que considerou até não

fazer doação de campanha ao PT em um momento em que as grandes empreiteiras eram as maiores doadoras tanto do PT quanto do PSDB, os principais partidos a disputar a presidência. As mudanças na Petrobras, além de terem sido relevantes para as empreiteiras e para o centrão, aconteceram nesse contexto de definição de candidatura e de uma eleição (a de 2014) que já não sustentaria Rousseff no poder, visto o que aconteceu depois.

### **Considerações finais**

Neste artigo, abordamos o ensaio republicano de Dilma Rousseff na Petrobras. Apesar dos trabalhos sobre o assunto sugerirem que Rousseff teria feito mudanças importantes nas nomeações de agências e ministérios, não abordaram as consequências dessas alterações. Por isso, buscamos mostrar como Rousseff efetuou mudanças nas relações entre o Estado e as grandes empreiteiras no que diz respeito à circulação política e burocrática dos empreiteiros, aos esquemas anticoncorrenciais usados para burlar licitações e às nomeações de indicados políticos para cargos no governo. As mudanças impactaram sua base de apoio no congresso e seu apoio entre os empresários, de forma que Rousseff cortou os elos existentes nessas relações que puderam ser conferidos na Figura 2, mais acima no artigo.

### **Bibliografia**

ALENCASTRO, M. A Odebrecht e a formação do Estado Angolano (1984-2015). **Novos Estudos**, v. 39, n. 1, 2020.

ALMEIDA, A. **Trajetórias interrompidas**: bloco no poder, ascensão das empreiteiras e o novo mercado de aeroportos no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Unicamp. Campinas, 206 p., 2020.

ARANTES, P. **O ajuste urbano**: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BENEVIDES, M. **Governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política - 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BERSCH, K.; PRAÇA, S.; TAYLOR, M. State Capacity, Bureaucratic Politicization, and Corruption in the Brazilian State. **Governance**, v. 30, n. 1, p. 105–124, jan. 2017.

BIDERMAN, C. et. al. **Os Custos da Campanha Eleitoral no Brasil**: Uma análise baseada em evidência (Relatório Final). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

- BOITO JUNIOR, A. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- CAMARGOS, R. **Estado e Empreiteiros no Brasil**: uma análise setorial. Dissertação de mestrado em Ciência Política – UNICAMP. Campinas, 1993.
- CAMMETT, M. **Compassionate Communalism**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2014.
- CAMPOS, P. **Estranhas Catedrais**: empreiteiras e a ditadura civil-militar. Niterói: Eduff, 2017.
- CARDOSO, F. **A construção da democracia**. São Paulo: Siciliano, 1993.
- CAREGNATO, R.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 15, n. 4, 2006.
- CARVALHO, L. **Valsa Brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- CUNLIFFE, A. Crafting Qualitative Research. **Organizational Research Methods**, v. 14, n. 4, 2011.
- GEDDES, B. Building ‘State’ autonomy in Brazil. **Comparative Politics**, v. 22, n. 2, 1990.
- HIPPOLITO, L. **De raposas e reformistas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- LAFER, Celso. **JK e o programa de metas (1956-1961)**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- LAPERRIÈRE, A. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, J et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LEÃO, R.; NOZAKI, W. A Petrobras no mar. In: SILVA, M.; SCHMIDT, F.; KLIASS, P. **Empresas estatais**: políticas públicas, governança e desempenho. Brasília: Ipea, 2019.
- LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LIMONGI, F. Impedindo Dilma. **Novos Estudos**, Vol. especial, junho, 2017.
- LIMONGI, F. O passaporte de Cunha e o Impeachment. **Novos Estudos**, v. 103, 2015.
- LOPES, F.; PRAÇA, S. Cargos de confiança, partidos políticos e burocracia federal. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, v. 4, n. 1, 4 maio 2015.

- MAFEI, R. **Como remover um presidente**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 378 p.
- MAIA, L. **Do presidencialismo de coalizão ao parlamentarismo de ocasião**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor. Distrito Federal, 121 p., 2016.
- MARQUES, E. Government, Political Actors and Governance in Urban Policies in Brazil and São Paulo. **Brazilian Political Science Review**, v.7, n. 3, 2013.
- MARQUES, E. **Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2003.
- MARTINS, G.; RUGITSKY, F. The long expansion and the profit squeeze. In: **47o. Encontro Nacional de Economia** (ANPEC), 2019, São Paulo, 2019.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Nota Técnica nº 38/2015/ASSTECG/SGA2/SG/CADE (nº SEI 0148031). 2015.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF. Procuradoria da República do Paraná. Força Tarefa “Operação Lava-Jato” – Distribuição por dependência aos autos nº 5013782-59.2018.4.04.7000 e 5013794-73.2018.4.04.7000, 5012457-49.2018.4.04.7000, 5012455-79.2018.4.04.7000, 5012452- 27.2018.4.04.7000, 5071379-25.2014.4.04.7000 (IPL Odebrecht), 5049557-14.2013.4.04.7000 (IPL Originário) e autos conexos. 2018.
- MOURA, P. **A internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht: desenvolvimento e integração latino-americana**. Dissertação (Mestrado) – USP. São Paulo, 2020.
- NOBRE, M. **Ponto-final**. São Paulo: Todavia, 2020.
- NOBRE, M. 1988 + 30’. **Novos Estudos**, v. 35.02, 2016.
- PARANHOS, R. et al. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 384-411, 2016.
- PRAÇA, S.; FREITAS, A.; HOEPERS, B. A rotatividade dos servidores de confiança no Governo Federal Brasileiro, 2010-2011. **Novos Estudos**, v. 94, 2012.
- PETROBRAS. DIP Presidência 121/2013. 2013.
- PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA FEDERAL - Seção Judiciária do Paraná - 13ª Vara Federal de Curitiba. AÇÃO PENAL Nº 5023942-46.2018.4.04.7000/PR. 2019.
- PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL – Seção Judiciária do Paraná - 13ª Vara Federal de Curitiba. AÇÃO PENAL Nº 508337605.2014.4.04.7000/PR. 2015.

REQUENA, C. **Política pública e poder**: interesses associados entre políticos e empresas na governança da expansão do metrô de São Paulo. Tese (Doutorado) – USP. São Paulo, 2020.

SALLUM JR., B.; CASARÕES, G. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, v. 83, 2011.

SEAWRIGHT, J. **Multi-Method Social Science: Combining Qualitative and Quantitative Tools**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

SEAWRIGHT, J.; GERRING, J. Case Selection Techniques in Case Study Research: A Menu of Qualitative and Quantitative Options. **Political Research Quarterly**, v. 61, n. 2, 2008.

SINGER, A. **O lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Depoente	Tipo	Cargo	Instituição	Data	Extensão
Agenor Franklin Magalhães Medeiros	Depoimento sem acordo de colaboração	Diretor	OAS	mai/17	01:09:17
Agenor Franklin Magalhães Medeiros	Depoimento sem acordo de colaboração	Diretor	OAS	jun/17	01:05:45
Agenor Franklin Magalhães Medeiros	Depoimento sem acordo de colaboração	Diretor	OAS	nov/18	01:04:06
Alberto Youssef	Colaboração Premiada	Operador	GFD/Devonshire e outras	out/14	108 págs.
Alexandre José Lopes Barradas	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	dez/16	04:01:57
Alexandrino Alencar	Audiência no TSE	Diretor	Odebrecht	mar/17	25 págs.
Alexandrino Alencar	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	dez/16	04:16:11
Alexandrino Alencar	Testemunha com acordo de colaboração	Diretor	Odebrecht	nov/18	01:00:07
Antônio Carlos Daiha Blando	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	mar/18	2 págs.
Antonio Palocci	Colaboração Premiada	Político	PT	out/19	87 págs.
Antonio Pedro Campello de S. Dias	Colaboração Premiada	Diretor	Andrade Gutierrez	jul/16	00:47:47
Arnaldo Cumplido de Souza e Silva	Colaboração Premiada	Diretor	Camargo Correa/Odebrecht	dez/16	02:42:32
Augusto Ribeiro de Mendonça Neto	Colaboração Premiada	Empresário	Toyo Setal	out/15	53 págs.
Benedicto Barbosa da Silva Junior	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht/Infraestrutura	dez/16	06:45:00
Benedicto Barbosa da Silva Junior	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht/Infraestrutura	jun/17	5 págs.
Benedicto Barbosa da Silva Junior	Audiência no TRF	Presidente	Odebrecht/Infraestrutura	mar/17	57 págs.
Carlos Armando Guedes Paschoal	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	dez/16	01:14:39
Carlos José Fadigas Filho	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht/Braskem	dez/16	01:49:20
Cesar Ramos Rocha	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	dez/16	00:47:12
Claudio Melo Filho	Colaboração Premiada	Lobbista	Odebrecht	dez/16	82 págs.
Dalton dos Santos Avancini	Testemunha	Presidente	Camargo Correa	mai/15	00:48:26
Dalton dos Santos Avancini	Testemunha	Presidente	Camargo Correa	ago/15	00:37:23
Dalton dos Santos Avancini	Audiência no TSE	Presidente	Camargo Correa	set/16	41 págs.
Dalton dos Santos Avancini	Colaboração Premiada	Presidente	Camargo Correa	mai/15	00:47:05
Dalton dos Santos Avancini	Colaboração Premiada	Presidente	Camargo Correa	mar/15	4 págs.
Dalton dos Santos Avancini	CPI BNDES na Câmara dos Deputados	Presidente	Camargo Correa	out/15	24 págs.
Dalton dos Santos Avancini	CPI Petrobras na Câmara dos Deputados	Presidente	Camargo Correa	mai/15	42 págs.
Delcídio do Amaral	Colaboração Premiada	Político	PT/PTC/PTB	fev/16	197 págs.
Delcídio do Amaral	Depoimento à Polícia Federal	Político	PT/PTC/PTB	nov/15	6 págs.
Dilma Vana Rousseff	Testemunha sem acordo de colaboração	Ex-presidenta	PT	out/17	00:30:00
Edison Freire Coutinho	Colaboração Premiada	Consultor	Grupo Schahin	mar/17	39 págs.
Eduardo Costa Vaz Musa	Colaboração Premiada	Gerente	Petrobras	ago/15	12 págs.
Eduardo Costa Vaz Musa	Colaboração Premiada	Gerente	Petrobras	ago/16	00:13:42
Eduardo Hermelino Leite	Colaboração Premiada	Vice-Presidente	Camargo Correa	mar/15	22 págs.
Eduardo Hermelino Leite	Audiência no TSE	Vice-Presidente	Camargo Correa	set/16	27 págs.
Eduardo Hermelino Leite	CPI da Petrobras na Câmara dos Deputados	Vice-Presidente	Camargo Correa	mai/15	192 págs.
Eduardo Hermelino Leite	Colaboração Premiada	Vice-Presidente	Camargo Correa	abr/15	01:10:22
Eduardo Hermelino Leite	Testemunha	Vice-Presidente	Camargo Correa	nov/16	00:15:44
Eduardo Hermelino Leite	Testemunha	Vice-Presidente	Camargo Correa	mai/15	00:56:06
Elton Negrão de Azevedo Júnior	Audiência no TSE	Presidente	Andrade Gutierrez/Industrial	set/16	38 págs.
Elton Negrão de Azevedo Júnior	Colaboração Premiada	Presidente	Andrade Gutierrez/Industrial	jul/16	00:48:02
Emílio Alves Odebrecht	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht	abr/19	91 págs.
Emílio Alves Odebrecht	Testemunha	Presidente	Odebrecht	jun/17	00:06:42
Emílio Alves Odebrecht	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht	dez/16	02:54:33
Flavio David Barra	Audiência no TSE	Presidente	Andrade Gutierrez/Energia	set/16	23 págs.
Flavio David Barra	Colaboração Premiada	Presidente	Andrade Gutierrez/Energia	jan/18	5 págs.
Flavio David Barra	Colaboração Premiada	Presidente	Andrade Gutierrez/Energia	jul/15	3 págs.
Flávio Gomes Machado Filho	Colaboração Premiada	Presidente	Andrade Gutierrez	fev/16	3 págs.
Flávio Gomes Machado Filho	Colaboração Premiada	Presidente	Andrade Gutierrez	jul/16	00:28:04
Flávio Gomes Machado Filho	Testemunha	Presidente	Andrade Gutierrez	jun/16	00:12:15
Fernando Antonio Falcão Soares	Colaboração Premiada	Operador	OSX/Techinis e outras	set/15	93 págs.
Gerson de Mello Almada	Depoimento sem acordo de colaboração	Vice-Presidente	Engevix	mar/15	6 págs.
Gerson de Mello Almada	Depoimento sem acordo de colaboração	Vice-Presidente	Engevix	jul/17	3 págs.
Gustavo da Costa Marques	Colaboração Premiada	Gerente	Camargo Correa	out/16	3 págs.
Gustavo da Costa Marques	Testemunha	Gerente	Camargo Correa	jul/16	00:21:39
Henrique Eduardo Alves	Testemunha	Político	PMDB	dez/16	8 págs.
Henrique Valladares	Colaboração Premiada	Vice-Presidente	Odebrecht	dez/16	01:55:58
Hilberto Mascarenhas A. da S. Filho	Audiência no TSE	Responsável	Odebrecht/Setor de propinas	mar/17	99 págs.
Hilberto Mascarenhas A. da S. Filho	Colaboração Premiada	Responsável	Odebrecht/Setor de propinas	jul/17	4 págs.
Hilberto Mascarenhas A. da S. Filho	Colaboração Premiada	Responsável	Odebrecht/Setor de propinas	dez/16	02:21:53
João Antônio Pacífico Ferreira	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	dez/16	01:16:10

João Carlos de Medeiros Ferraz	Colaboração Premiada	Presidente	Sete Brasil	jul/16	00:39:14
João Carlos de Medeiros Ferraz	Colaboração Premiada	Presidente	Sete Brasil	mar/17	01:22:28
José Adelmario Pinheiro Filho	Acusado	Presidente	OAS	set/16	01:21:44
José Adelmario Pinheiro Filho	Acusado	Presidente	OAS	abr/17	02:58:16
José Adelmario Pinheiro Filho	Acusado	Presidente	OAS	jun/17	00:37:31
José Adelmario Pinheiro Filho	Acusado	Presidente	OAS	nov/18	01:07:29
José Antonio Marsilio Schwarz	Colaboração Premiada	Engenheiro	Grupo Schahin	jan/17	3 págs.
José Antunes Sobrinho	Acusado	Sócio-presidente	Engevix	jan/16	01:26:23
José Antunes Sobrinho	Testemunha	Sócio-presidente	Engevix	jun/16	00:30:17
José de Carvalho Filho	Colaboração Premiada	Lobbista	Odebrecht	dez/16	05:46:57
José Sergio de Oliveira Machado	Colaboração Premiada	Presidente	Transpetro	mai/16	131 págs.
José Sergio de Oliveira Machado	Audiência no TSE	Presidente	Transpetro	out/16	68 págs.
José Sergio Gabrielli	Testemunha sem acordo de colaboração	Presidente	Petrobras	out/15	00:27:02
José Sergio Gabrielli	Testemunha sem acordo de colaboração	Presidente	Petrobras	fev/17	00:42:19
José Sergio Gabrielli	Testemunha sem acordo de colaboração	Presidente	Petrobras	mar/17	00:27:24
Júlio Gerin de Almeida Camargo	Colaboração Premiada	Operador	Treviso/Auguri/Piemonte	out/14	53 págs.
Luis Mário da Costa Mattoni	Colaboração Premiada	Superintendente	Andrade Gutierrez	mar/16	10 págs.
Luiz Carlos Martins	Colaboração Premiada	Diretor	Camargo Correa	mar/16	3 págs.
Luiz Carlos Martins	Audiência no TRF	Diretor	Camargo Correa	out/16	12 págs.
Luiz Eduardo da Rocha Soares	Audiência no STJ	Administrador	Odebrecht/Setor de propinas	mar/17	64 págs.
Luiz Eduardo da Rocha Soares	Colaboração Premiada	Administrador	Odebrecht/Setor de propinas	abr/17	00:30:53
Luiz Fernando Nave Maramaldo	Colaboração Premiada	Empresário	NM Engenharia	ago/16	10 págs.
Marcelo Bahia Odebrecht	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht	dez/16	04:51:35
Marcelo Bahia Odebrecht	Audiência no TSE	Presidente	Odebrecht	mar/17	165 págs.
Marcelo Bahia Odebrecht	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht	abr/17	02:16:22
Marcelo Bahia Odebrecht	Termo de Reinquirição	Presidente	Odebrecht	ago/17	9 págs.
Marcelo Bahia Odebrecht	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht	set/17	03:20:04
Marcelo Bahia Odebrecht	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht	nov/17	01:16:14
Marcelo Bahia Odebrecht	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht	abr/18	01:34:14
Marcelo Bahia Odebrecht	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht	ago/18	00:40:39
Marcelo Bahia Odebrecht	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht	set/18	179 págs.
Marcelo Bahia Odebrecht	Colaboração Premiada	Presidente	Odebrecht	nov/18	01:45:02
Marcelo Sturlini Bidordi	Testemunha	Vice-Presidente	Camargo Correa	jul/16	00:12:09
Marcelo Sturlini Bidordi	Audiência no TSE	Vice-Presidente	Camargo Correa	set/16	27 págs.
Marcio Faria da Silva	Depoimento sem acordo de colaboração	Diretor	Odebrecht	out/15	00:35:47
Marcio Faria da Silva	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	dez/16	00:40:52
Marcio Faria da Silva	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	jul/17	00:27:36
Marcio Faria da Silva	Testemunha com acordo de colaboração	Diretor	Odebrecht	out/17	00:38:51
Marcos Pereira Berti	Colaboração Premiada	Diretor	Toyo Setal	fev/15	13 págs.
Marcos Pereira Berti	Testemunha com acordo de colaboração	Diretor	Toyo Setal	mai/15	00:28:08
Marcos Pereira Berti	Testemunha com acordo de colaboração	Diretor	Toyo Setal	mai/17	00:15:40
Maria das Graças Silva Foster	Testemunha sem acordo de colaboração	Presidente	Petrobras	out/15	00:29:36
Maria das Graças Silva Foster	Testemunha sem acordo de colaboração	Presidente	Petrobras	jul/17	00:05:08
Maria das Graças Silva Foster	Testemunha sem acordo de colaboração	Presidente	Petrobras	out/17	00:03:39
Mario Frederico de Mendonça Goes	Colaboração Premiada	Operador	Rio Marine	jul/15	7 págs.
Mario Frederico de Mendonça Goes	Colaboração Premiada	Operador	Rio Marine	ago/15	01:19:20
Mario Frederico de Mendonça Goes	Colaboração Premiada	Operador	Rio Marine	set/15	00:56:38
Mario Frederico de Mendonça Goes	Testemunha com acordo de colaboração	Operador	Rio Marine	out/16	00:26:26
Mario Frederico de Mendonça Goes	Testemunha com acordo de colaboração	Operador	Rio Marine	jul/17	00:38:54
Mario Frederico de Mendonça Goes	Audiência no TRF	Operador	Rio Marine	out/16	19 págs.

Milton Taufic Schahin	Acusado	Presidente	Grupo Schahin	abr/16	01:04:03
Milton Taufic Schahin	Colaboração Premiada	Presidente	Grupo Schahin	jul/17	00:48:09
Nelson Cortonesi Maramaldo	Testemunha com acordo de colaboração	Presidente	NM Engenharia	mar/18	00:48:19
Nestor Cuñat Cerveró	Colaboração Premiada	Diretor	Petrobras	nov/15	136 págs.
Otávio Marques de Azevedo	Testemunha com acordo de colaboração	Presidente	Andrade Gutierrez	jun/16	00:40:50
Otávio Marques de Azevedo	Colaboração Premiada	Presidente	Andrade Gutierrez	jul/17	01:14:49
Otávio Marques de Azevedo	Audiência no TSE	Presidente	Andrade Gutierrez	set/16	42 págs.
Paulo Roberto Costa	Colaboração Premiada	Diretor	Petrobras	ago e set/14	300 págs.
Paulo Roberto Costa	Colaboração Premiada	Diretor	Petrobras	fev/15	69 págs.
Paulo Roberto Dalmazzo	Colaboração Premiada	Superintendente	Andrade Gutierrez	jun/15	5 págs.
Paulo Roberto Dalmazzo	Colaboração Premiada	Superintendente	Andrade Gutierrez	jul/16	00:48:21
Pedro da S. Corrêa de O. A. N.	Depoimento sem acordo de colaboração	Deputado	PP	set/16	7 págs.
Pedro José Barusco Filho	Colaboração Premiada	Gerente	Petrobras	nov/14	56 págs.
Pedro José Barusco Filho	Colaboração Premiada	Gerente	Petrobras	jul/15	02:37:36
Pedro José Barusco Filho	Testemunha com acordo de colaboração	Gerente	Petrobras	set/15	00:22:25
Pedro José Barusco Filho	Testemunha com acordo de colaboração	Gerente	Petrobras	out/15	00:29:56
Pedro José Barusco Filho	Colaboração Premiada	Gerente	Petrobras	nov/15	01:10:34
Pedro José Barusco Filho	Colaboração Premiada	Gerente	Petrobras	jan/16	01:34:33
Pedro José Barusco Filho	Testemunha com acordo de colaboração	Gerente	Petrobras	out/16	00:48:05
Pedro José Barusco Filho	Testemunha com acordo de colaboração	Gerente	Petrobras	nov/16	01:06:04
Pedro José Barusco Filho	Testemunha com acordo de colaboração	Gerente	Petrobras	fev/17	00:51:19
Renato de Souza Duque	Depoimento sem acordo de colaboração	Diretor	Petrobras	mai/17	01:06:04
Renato de Souza Duque	Acusado	Diretor	Petrobras	jun/17	00:27:13
Renato de Souza Duque	Acusado	Diretor	Petrobras	jul/17	00:17:57
Renato de Souza Duque	Acusado	Diretor	Petrobras	jun/19	84 págs.
Ricardo Pernambuco	Colaboração Premiada	Presidente	Carioca Engenharia	dez/16	00:40:02
Ricardo Pessoa	Colaboração Premiada	Presidente	UTC	mai/15	781 págs.
Ricardo Pessoa	Testemunha com acordo de colaboração	Presidente	UTC	set/15	00:44:35
Roberto Gonçalves	Acusado	Gerente	Petrobras	jul/17	01:12:08
Rogério Cunha de Oliveira	Colaboração Premiada	Diretor	Mendes Jr.	out/18	00:27:05
Rogério Nora de Sá	Audiência no TRF	Presidente	Andrade Gutierrez	out/16	10 págs.
Rogério Nora de Sá	Colaboração Premiada	Presidente	Andrade Gutierrez	mar/17	00:38:32
Rogério Santos de Araújo	Acusado	Diretor	Odebrecht	nov/15	01:02:24
Rogério Santos de Araújo	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	dez/16	01:55:41
Rogério Santos de Araújo	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	abr/17	00:39:49
Rogério Santos de Araújo	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	jul/17	00:29:35
Sergio Cunha Mendes	Acusado	Vice-Presidente	Mendes Jr.	mai/15	00:52:11
Sérgio Luiz Neves	Colaboração Premiada	Superintendente	Odebrecht	jun/17	7 págs.
Shinko Nakandakari	Colaboração Premiada	Consultor	Galvão Engenharia	fev/15	6 págs.
Shinko Nakandakari	Colaboração Premiada	Consultor	Galvão Engenharia	mar/15	3 págs.
Shinko Nakandakari	Colaboração Premiada	Consultor	Galvão Engenharia	set/16	24 págs.
Valter Luis Arruda Lana	Colaboração Premiada	Diretor	Odebrecht	abr/17	01:05:07
Walmir Pinheiro Santana	Colaboração Premiada	Diretor	UTC	ago/15	10 págs.